

RONALDO VAINFAS

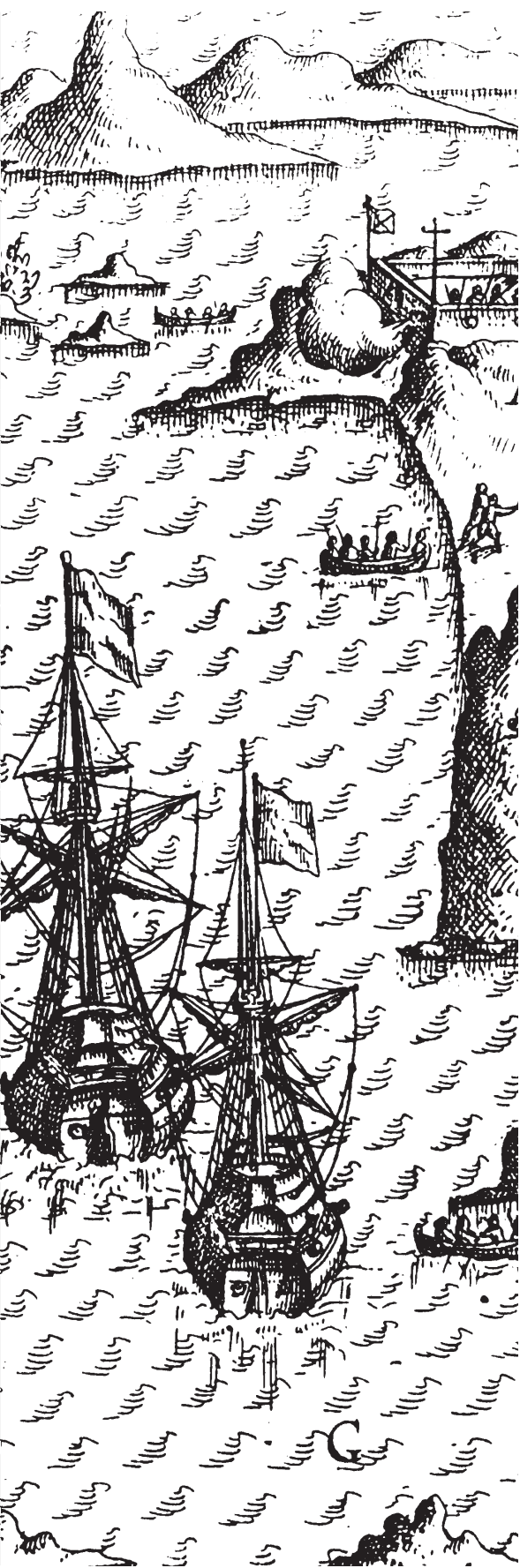
Santo Antônio na América Portuguesa: religiosidade e política

DE FREI A SANTO

Santo Antônio foi o mais português de todos os santos e, um pouco por causa disso, foi também o mais brasileiro deles. Nasceu em Lisboa, em casa situada perto da catedral, hoje santuário, em 15 de agosto de 1195. Nasceu em família fidalga, filho de Martinho ou Martim Bulhões e de Teresa Taveira, recebendo o nome de batismo de Fernando. Seus hagiógrafos contam que, na mocidade, quase foi seduzido por uma judia, da qual se livrou fazendo o sinal da cruz. Manter-se-ia casto até a morte. Estu-

A primeira versão deste texto teve por título "Saint Anthony in Portuguese America: the Restoration Saint" e foi preparada para o colóquio *Colonial Saints: Hagiography and the Cult of Saints in the Americas, 1500-1800*, organizado pela University of Toronto, Canadá, 12-13/maio/2000.





dou na escola da catedral lisboeta e, na altura de 1210, concluiu os estudos de Humanidades, ingressando na Ordem dos Cônegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de São Vicente de Fora. Em 1212, transferiu-se para o Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, dedicando-se ao estudo de Filosofia e Teologia. Especializou-se na Sagrada Escritura e tomou ordens sacras.

Um ano antes de Fernando ingressar no Mosteiro dos Cônegos de Santo Agostinho, havia sido fundada, em 1209, na Itália, a Ordem dos Frades Menores, uma das principais ordens mendicantes medievais, se não a principal, obra de Francisco de Assis. Dez anos depois, em 1219, passaram por Coimbra cinco Frades Menores que estavam a caminho do Marrocos, onde iam missionar. Fernando, porteiro do Mosteiro de Santa Cruz, deu-lhes hospedagem. Em 1220, viu passar pela mesma Coimbra os restos mortais dos cinco frades, martirizados pelos muçulmanos. Padre Fernando se comoveu, entrou em contato com os frades recém-instalados no eremitério de Santo Antão dos Olivais e pediu admissão na ordem franciscana. Aceito, tomou o nome de frei Antônio, talvez em homenagem a Santo Antônio Magno, chamado em Portugal de Santo Antão. Assim nasceu

RONALDO VAINFAS
é professor titular de
História Moderna na
Universidade Federal
Fluminense.

o frei Antônio, que não tardaria a se transformar no segundo da ordem franciscana.

Frei Antônio foi, sem dúvida, um religioso obstinado na defesa do cristianismo. Esteve no mesmo Marrocos para missionar ou perder a vida em nome de Deus, de onde retornou muito doente. Na viagem de regresso, uma tempestade lançou a nau nas costas da Sicília, perto do Estreito de Mesina. Iniciar-se-ia a fase italiana de frei Antônio. Pregou em Rimini, Faenza, Ímola, Milão, Bolonha, celebrizando-se pelo alto conhecimento teológico. O próprio Francisco de Assis o nomearia, por isso, professor de Teologia dos Frades na escola bolonesa, função que ocupou por menos de um ano. Em 1224, pregou no sul da França, esforçando-se na defesa da cristandade romana contra a chamada heresia albigense ou cátara, que grassava na região. Lecionou teologia em Montpellier até que, em 1227, foi nomeado provincial das províncias do norte italiano, fixando residência em Pádua. Um ano antes, falecera Francisco de Assis, canonizado pelo Papado em 1228. Frei Antônio prosseguiu na sua missão abnegada de pregador e professor até 1231, quando adoeceu de febres, possivelmente acometido de hidropisia, moléstia que quase não lhe permitia respirar. Em 13 de junho, sexta-feira, sofreu forte crise e morreu, aos 36 anos. No ano seguinte foi canonizado pelo papa Gregório IX, tornando-se Santo Antônio de Lisboa, também chamado de Santo Antônio de Pádua.

SANTO ANTÔNIO NA DEVOÇÃO POPULAR

Professor, missionário, Santo Antônio ficaria celebrizado em toda a cristandade por duas outras virtudes que, posteriormente, lhe popularizariam a imagem. Por um lado, ficou afamado como poderoso taumaturgo, constando oficialmente de sua hagiografia a realização de mais de 50 milagres: ressurreições, controle de forças naturais, domesticação de animais, inclu-

sive selvagens, curas de variadas moléstias. Atribui-se-lhe ter transformado um sapo num frango e depois um frango num sapo para confundir um herege cátaro, o poder da bilocação e ter dado o dom da fala a um bebê para defender a honra da mãe. A carreira taumatúrgica que a hagiografia atribuiu a Santo Antônio certamente pesou na sua eleição como santo doméstico e cotidiano no mundo moderno.

Por outro lado, celebrizou-se pela obstinação no combate ao islamismo, mais retórico do que prático, e sobretudo na luta contra a heresia albigense, combate travado na pregação itinerante e nos debates escolásticos. Daí Santo Antônio ser também conhecido como “Martelo das Herecias”, do mesmo modo que o dominicano Tomás de Aquino, também santo, acabaria celebrizado, por suas virtudes doutorais, como o “Anjo das Escolas”. Esta virtude de Santo Antônio como campeão da ortodoxia romana contra o desvio heretical seria essencial nos conflitos entre católicos e protestantes na Época Moderna. Essencial, especialmente, para a divulgação portuguesa de sua imagem na luta contra os holandeses calvinistas no Brasil. E, seja como for, a maleabilidade ou plasticidade da devoção a Santo Antônio seria um traço marcante das religiosidades coloniais.

No início da Época Moderna, a face doméstica e afetiva de Santo Antônio se concentraria, no âmbito do catolicismo popular, em sua virtude de “casamenteiro”, de santo promotor de matrimônios. “Casai-me Santo Antônio, Casai-me!”, eis o que aparece em várias orações. Mas tal virtude de frei Antônio, depois santo, mal aparece em sua hagiografia ou nos relatos sobre seus poderes taumatúrgicos. Sobressai, sim – e esta virtude é de longevidade extraordinária –, seu imenso poder de recuperar “coisas perdidas”. Coisas e pessoas. Talvez decorra daí a virtude “casamenteira” atribuída a Santo Antônio, pois entre o perdido e o desejado a fronteira é sempre muito tênue. De todo modo, já São Boaventura, também franciscano, destacara Santo Antônio, ainda na Idade Média, como *membra resque perditas* e Antônio Vieira o chama-

ria de santo “deparador”, palavra hoje em desuso, que no século XVII significava aquele que *depara*, que encontra o perdido.

De todo modo, a popularidade de Santo Antônio e a difusão de seu culto em Portugal e no Brasil foram extraordinárias. Segundo Armando Mattos em seu livro *Santo Antônio de Lisboa na Tradição Popular*, 57 hospícios e santas casas tiveram Santo Antônio como patrono, em Portugal, entre os séculos XV e XVIII, e somente nas igrejas do patriarcado de Lisboa havia dele 300 imagens, em 1742. No Brasil repetiu-se o fenômeno, pois Santo Antônio é de longe o santo que mais emprestou seu nome à toponímia brasileira, batizando freguesias, vilas e cidades sem conta. Só em Minas, até o século XIX, foram 118 localidades dedicadas ao santo de Lisboa, seguido de São Sebastião, com 88, e Santana, bem abaixo, com 27 citações. No período colonial, entre 1585 e 1650, dos 15 conventos fundados no Brasil pelos franciscanos, oito foram dedicados a Santo Antônio, dos quais quatro no Nordeste. Quanto a capelas de engenho em Pernambuco, Santo Antônio patrocinou nove oragos, empatando com Nossa Senhora do Rosário, seguido de perto por São João. Seu prestígio em Pernambuco era particularmente grande, mas não foi pequeno em várias outras capitânias.

No período colonial, as relações dos fiéis com Santo Antônio eram íntimas. Tão íntimas quanto o eram com Cristo e com a Virgem, sempre invocados a cada dificuldade ou simplesmente pontuando o vocabulário cotidiano, as frases, as conversas sobre os mais variados assuntos. O melhor campo de observação para essa inserção das figuras sagradas no universo cotidiano colonial é a documentação inquisitorial, pois o Santo Ofício passou a se preocupar crescentemente com as blasfêmias dos fiéis, sobretudo a partir da segunda metade do século XVI, uma vez encerrado o Concílio de Trento (1545-63), marco da Contra-Reforma. Assim, encontramos na primeira visitação do Santo Ofício enviada à Bahia e a Pernambuco (1591-95) uns e outros a imprecisar contra Santo Antônio, chamando-o de “velhaco”, sobretudo os que

se irritavam por perder coisas e não achá-las. Antes mesmo da visitação inquisitorial, nos anos 1540, o próprio donatário de Porto Seguro seria denunciado por dizer, entre outras coisas, que daria a Santo Antônio uma “candeia de merda”, ele que, por sinal, vivia às turras com os franciscanos da nascente capitania.

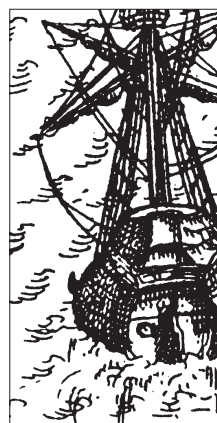
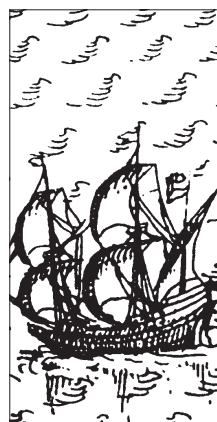
As injúrias contra Santo Antônio não devem, porém, sugerir o desprestígio do “Advogado das Causas Perdidas” entre os colonos. Pelo contrário, indicam a força de sua presença no cotidiano e o quanto se acreditava que dele dependia ou devia depender a resolução das mazelas diárias. Prevalencia sobre todas as evocações ou imprecações a questão da perda e a expectativa de recuperação de coisas perdidas. Devia ser corriqueiro, portanto, o uso do “Responso das coisas de Santo Antônio”, citada por Luiz Mott (1997, p. 127) num caso inquisitorial de Lisboa, em 1694:

“Milagroso santo Antônio
pelo breviário que rezaste, pela cruz que
[levaste
vos peço santo Antônio, façais aparecer
(o que se furtou, perdeu ou fugiu)”

A fórmula final variava conforme a natureza do infortúnio: se roubo ou perda de alguma coisa; se fuga de alguém, marido ou mulher, noivo, amásia, escravos... O tal “Responso” era, porém, proibido pela Igreja.

SANTO ANTÔNIO PELO AVESSO

O prestígio de Santo Antônio ultrapassou o território do catolicismo oficial ou popular no Brasil para adentrar cultos e ritos “heterodoxos”, por vezes rebeldes, perseguidos pela Inquisição. Na Bahia do século XVI esteve, de certo modo, associado à principal das santidades indígenas, movimentos de morfologia híbrida, meio católicas, meio tupis, que desafiaram a colonização portuguesa. Refiro-me à santidade indígena de Jaguaripe, ao sul do Recôncavo Baiano, cujo líder tinha o nome de batismo



de Antônio e foi sem dúvida o promotor da mescla católico-tupinambá tecida nos ritos e cultos da seita. Fora catequizado pelos jesuítas no aldeamento de Tinhare, em Ilhéus, de onde fugira para se tornar o caraíba-mor da santidade. O que teria aprendido com os jesuítas acerca do santo de Lisboa o índio Antônio, homem que também dizia ser a encarnação do ancestral dos tupinambás? O que lhe teriam ensinado, com certeza em língua geral, sobre o santo patrono dos iletrados, taumaturgo, divino, descobridor de coisas perdidas (Vainfas, 1995, pp. 111-7)?

Se no caso da santidade quinhentista os registros sobre a presença de Santo Antônio são apenas indiretos, o mesmo não ocorre com certos cultos afro-brasileiros, como indicam as fontes inquisitoriais, sobretudo as do século XVIII. Aparece a imagem de Santo Antônio em alguns registros dos chamados *calundus* de origem banto, bem como no *acotudá*, em Minas Gerais, descoberto e estudado por Luiz Mott em belo artigo sobre as “raízes do sincretismo afro-brasileiro”. Essa adoção de Santo Antônio por certos cultos afro-brasileiros, processo iniciado no período colonial, foi aliás de notável longevidade. Santo Antônio talvez seja o principal santo da *umbanda* atualmente praticada no Rio de Janeiro, porque está associado aos *exus* (o “povo da rua”, que alguns associam aos demônios), intermediários entre os *orixás* e o mundo terreno. Basta dizer que no 13 de junho, dia da morte de frei Antônio e dia oficial do santo, os terreiros de umbanda celebram a grande festa dos *exus*.

Santo Antônio foi também assimilado, portanto, por cultos sincréticos de matriz não predominantemente católica, podendo mesmo funcionar, conforme sugeriu Roger Bastide (1985, pp. 141 e segs.) para o caso afro-brasileiro, como fenômeno de resistência cultural e religiosa. Mas nada disso impediu que o mesmo santo fosse algoz dos escravos ou, quando menos, forte protetor dos capitães-do-mato, sertanistas dedicados à captura de escravos fugidos e aqui-lombados no Brasil escravista. É o que nos mostra Luiz Mott, uma vez mais, em detalhado artigo sobre Santo Antônio como “di-

vino capitão-do-mato”, publicado em livro de justo título: *Liberdade por um Fio*. Descobridor de coisas perdidas e de amores fugidios, Santo Antônio haveria também de valer aos senhores desolados com a perda de seus escravos, como de fato valeu.

SANTO ANTÔNIO SOLDADO

É justamente este aspecto militar que Santo Antônio adquiriu em terras luso-brasileiras que me interessa destacar neste breve artigo. Aspecto militar que se combina com o traço essencial de *membra resque perdidas* que celebrou o santo na vida cotidiana dos fiéis de aquém e além-mar.

O frei Antônio histórico nunca foi propriamente militar, embora combatesse com as armas da palavra pelo cristianismo romano contra infiéis e hereges. Mas o Santo Antônio de Lisboa, ao menos no Brasil, faria longa carreira de armas, batizando fortes e regimentos, interferindo em batalhas diretamente, e sendo ele mesmo – em imagem, é claro – condecorado, promovido e reconhecido por serviços prestados a El-Rei. É mais que provável que Santo Antônio tenha suplantado o santo guerreiro por excelência, ou seja, São Jorge, santo dinástico no tempo dos Avis que batizou, entre outros sítios, a célebre fortaleza africana de São Jorge da Mina, no século XV. No Brasil, a união entre a cruz e a espada, que Charles Boxer (1981) viu como típica da colonização ibérica, aparece desde cedo na figura de Santo Antônio. Aparece na fundação da igreja e fortaleza de Santo Antônio da Barra, local onde Francisco Pereira Coutinho, primeiro donatário da Bahia, chantou o padrão de posse da capitania.

Pois foi exatamente na fortaleza baiana da barra, ao que tudo indica, que Santo Antônio iniciou sua carreira militar em terras brasílicas, sendo incorporado a seu regimento como soldado raso, ainda no final do século XVI. Ali mesmo foi o santo promovido a capitão do forte por petição da Câmara de Salvador, além de soldado raso na Sé, alferes no presídio do Morro de São

Paulo e alferes em sua igreja da Mouraria, onde prevaleciam os ciganos. Em 1709 ganhou o posto de soldado na Paraíba; em 1717, em Pernambuco, ganhou a patente de capitão de Artilharia; em 1750 assentou praça como soldado a pedido da Câmara de Goiás. Em diversas capitanias, sobretudo no século XVIII, a imagem de Santo Antônio foi contemplada com postos castrenses e galardões militares, para o que, vale dizer, ganhava o santo o correspondente soldo em dinheiro. O Brasil colônia era, como diria Antonio Candido (1977), um mundo de transfiguração barroca, mimetizando o Portugal da mesma época.

Mas o que pode parecer absolutamente delirante aos olhos contemporâneos era assunto seriíssimo naqueles séculos, quer entre as camadas populares – a soldadesca, e mesmo a escravaria – quer entre letrados e pessoas gradas da Colônia. Basta dizer que, segundo nos conta Boxer, os moradores do Recife chegaram a dar a alcunha de “santo Antônio” a Maurício de Nassau, governador holandês de Pernambuco entre 1637 e 1644, simplesmente porque Nassau lhes dava total liberdade de culto e não cedia às pressões dos ministros calvinistas, sempre prontos a acusar a fradaria pernambucana de idólatra. Os católicos pernambucanos se referiam amigavelmente a Nassau, por gratidão, como “o nosso Santo Antônio”... Ao menos é o que diz frei Manuel Calado no *Valeroso Lucideno* (1646).

A militarização de Santo Antônio no Brasil é o que mais nos interessa frisar, nesta altura, em conexão com sua *politização*, especialmente no contexto dramático por que passou a colonização portuguesa no Brasil a partir de 1624, tempo em que os holandeses primeiro assediaram Salvador, de onde a custo foram expulsos, para depois triunfarem em Pernambuco e boa parte do Nordeste, de 1630 em diante, de onde só seriam definitivamente expulsos em 1654.

Se o contexto era dramático no Brasil, era-o ainda mais no próprio reino e isto desde 1580. A tragédia portuguesa iniciara em 1578 quando o jovem rei D. Sebastião (1554-78) optou por intervir nas disputas entre os xarifes do norte da África, ambici-

onando reafirmar a influência portuguesa na região. A iniciativa resultou em completo desastre, caindo morto o próprio rei na batalha de Alcácer-Quibir e sendo seu numeroso exército completamente destruído. Como não tinha herdeiros diretos, pois não se casara, o trono português foi assumido pelo tio-avô do malsinado rei, o cardeal D. Henrique, cujo maior esforço foi o de evitar que a Espanha de Felipe II anexasse Portugal. E foi mesmo isso o que ocorreu quando da morte do cardeal, em 1580, apesar de algumas resistências internas.

Felipe II assumiu a Coroa portuguesa, dando início ao que os castelhanos chamaram de União Ibérica. Embora a maioria da nobreza e do clero português tenha aderido às ambições filipinas em Portugal e domínios ultramarinos, o ressentimento pela perda da soberania deitou raízes na alma popular e nos setores nobiliárquicos dissidentes, reunidos em torno do principal opositor da entronização filipina, no caso o Prior do Crato – cujo nome era coincidentemente D. Antônio. No âmbito do clero, se resistência houve desde os primeiros tempos, esta partiu das ordens religiosas, sobretudo da Companhia de Jesus, no mínimo porque o finado D. Sebastião havia sido educado pelos inacianos e, no máximo, porque o período filipino reforçaria imensamente o poder da Inquisição no reino, ofuscando o dos jesuítas.

SANTO ANTÔNIO RESTAURADOR: O SERMONÁRIO DE VIEIRA

É o momento de colocar em cena aquele que talvez tenha sido o artífice da elevação de Santo Antônio, não apenas à condição de padroeiro dos portugueses, mas à posição de mentor político das guerras de resistência contra os inimigos de Portugal. O inimigo explícito do ultramar, os holandeses, e o inimigo “oculto”, outrora fidalgo – a Espanha –, que não tardaria a reassumir sua tradicional posição de rival dos portugueses antes mesmo que o conflito luso-

holandês fosse resolvido no Brasil.

Pois o artífice a que me referia linhas atrás é ninguém menos que Antônio Vieira (1608-97), lisboeta que veio ao Brasil ainda menino e aqui se formou, no colégio inaciano da Bahia, tornando-se o mais importante jesuíta da história luso-brasileira. Não seria o caso, aqui, de expor a riquíssima e multifacetada carreira desse jesuíta que foi defensor dos índios contra a escravidão; legitimador da escravidão africana para poupar os índios do cativeiro; opositor da Inquisição em favor dos cristãos-novos e mesmo dos judeus e, após a Restauração portuguesa (1640), tornou-se embaixador de D. João IV na França e na Holanda.

Mas há um aspecto da biografia de Vieira que não pode ficar sem registro mais detalhado, ou seja, sua vinculação ao milenarismo profético português, fenômeno muito acentuado após o desaparecimento do rei D. Sebastião, em 1578. Vieira esboçaria sua face “sebastianista” em plena vigência da dominação castelhana (1580-1640), num sermão pregado na Bahia, em 1634, no qual estabeleceu uma série de analogias entre o rei D. Sebastião e o São Sebastião, santo mártir da Igreja. Aludindo à relação descoberto/encoberto para se referir à história do santo, Vieira parecia estimular a esperança de que o rei e a independência do reino fossem recuperados, pois, segundo disse, “a morte de quem morre por Deus e para Deus não é o que parece, é uma aparência da morte debaixo da realidade da vida” (Hermann, 1998, pp. 219 e segs.). Desde o primeiro sermão feito no paço, em 1641, Vieira defendeu o caráter profético das *Trovas* atribuídas ao sapateiro Bandarra, possível cristão-novo processado pelo Santo Ofício no século XVI, trovas essas consideradas por muitos como a “bíblia” do sebastianismo, espera messiânica de um rei encoberto para a fundação do Quinto Império do Mundo.

Em 1659, escreveria a célebre *Carta ao Bispo do Japão, Esperança de Portugal, Quinto Império do Mundo*, texto que lhe renderia sérios problemas com a Inquisição. O escrito tinha sido condenado por conter

“odor de judaísmo” e por usar abusadamente a Sagrada Escritura. O processo que o levaria aos cárceres inquisitoriais entre os anos de 1665 e 1667 teve início em 1663. A *Carta ao Bispo do Japão* era uma interpretação atualizada das *Trovas* do sapateiro Bandarra, a quem Vieira atribuíra espírito profético, e afirmava, dentre outras coisas, a futura existência do Quinto Império, cuja sede seria Portugal e o imperador D. João IV ressuscitado. A *Carta ao Bispo do Japão* foi a base do que ficou conhecido como o “*corpus* profético vieiriano”, prelúdio da famosa *História do Futuro*, só publicada em 1718, e da inacabada *Clavis Prophetarum*. Na *História do Futuro* Vieira levaria às últimas consequências seu projeto messiânico para a implantação do Quinto Império do Mundo, lugar de harmonia e paz, onde todas as religiões e heresias se sujeitariam à verdadeira fé católica, por um tempo indeterminado de, no mínimo, mil anos. A *Clavis Prophetarum* seria a consumação da trilogia milenarista e messiânica de Vieira, quase um tratado teológico.

Vieira produziu nove sermões inteiramente dedicados a Santo Antônio, cinco deles pregados no Brasil, sendo um na Bahia e quatro em São Luís – e os demais na Europa, um em Lisboa, três em Roma (este último somente redigido). Foram todos coligidos, introduzidos e acompanhados de notas aclaratórias por frei Clarêncio Neotti, OFM, em edição magnífica da Editora Vozes, publicada em 1997 (*). De todos esses sermões interessa-me comentar exatamente o primeiro, pregado na Bahia, em 1638, e não por outra razão senão porque pertence ao contexto do conflito luso-holandês no Brasil e de certo modo preludia a crise luso-espanhola, que não tardaria a mostrar sua face.

Antônio Vieira pregou esse sermão em 13 de junho de 1638, dia de Santo Antônio, na igreja do mesmo santo, situada na colina em que se travara a batalha decisiva contra os holandeses em Salvador, em 16 de maio do mesmo ano, quando da segunda tentativa dos flamengos de tomarem a cidade. A primeira tentativa, igualmente rechaçada,

(*) “Santo Antônio, em Nome de Todos os Santos, protegeu a Bahia”, in Vieira, 1997, pp. 30-60.

ocorrera em 1624-25 e de certo modo ensaiou a conquista holandesa de Pernambuco, em 1630. Nessa batalha de 1638, comandada pelo próprio Maurício de Nassau, os holandeses sofreram derrota acachapante: mais de 500 mortos e 700 feridos.

Vieira contava então com apenas quatro anos de padre professo quando pregou esse sermão ao mesmo tempo celebratório do santo e narrativo no que toca às batalhas luso-flamengas. O texto se inicia com uma louvação à resistência baiana, posta em armas, a lutar por 40 dias e 40 noites, para em seguida apresentar a chave do sermão: o Livro Quarto dos Reis exatamente na altura em que aparece narrado o cerco de Jerusalém pelo rei assírio Senaqueribe (705-681 a.C.). Cerco do qual sairia vitorioso o rei Davi, protegido de Deus.

Por meio da sistemática comparação entre o cerco de Jerusalém e o de Salvador, Vieira reconstruiu os fatos da então recente batalha luso-flamenga, estabelecendo analogias entre a intervenção divina a favor dos hebreus na Antigüidade e a intervenção de Santo Antônio a favor dos portugueses. Na altura em que introduziu a vida do santo, ressaltou suas virtudes de profeta, a quem Deus revelara até “os segredos ocultíssimos da predestinação das almas”; suas virtudes de apóstolo, pois pregara em províncias distantes, França, Itália e combatera os hereges, daí ser conhecido como “Martelo das Heresias”; suas virtudes de mártir, pois se aventurara no Marrocos, e ainda que ali não derramasse sangue, “tão mártir foi como se o derramara”.

Isto posto, retornou à comparação entre o cerco antigo e o ocorrido um mês antes, para frisar a singularidade da intervenção divina no caso baiano. Pois se a vitória da Bahia sobre os hereges era *glória de todos os santos*, como a Bahia era de Todos os Santos, a defesa da cidade tinha sido obra de um santo só, Santo Antônio, a quem Deus delegara a tarefa. E Vieira (1997, pp. 47-8) pôs-se, ato contínuo, a demonstrar sua tese, descendo “ao particular”, indicando em que momentos da batalha interveio o santo, mesmo quando tudo parecia perdido:

“Mas não era menos digno de admiração, que no mesmo tempo em que as praças fortes artilhadas e presidiadas espontaneamente se entregavam, só a trincheirinha de Santo Antônio, arruinada, aberta, e quase rasa com a terra, mostrasse sinais de resistência!”.

Vieira não tinha dúvida: Santo Antônio defendera a Bahia. E, mais: haveria de resgatar Pernambuco das mãos dos hereges que a dominavam. Tratou-se, portanto, de um sermão *restaurador*, no sentido de que louvava a conservação da Bahia e preconizava a reconquista de Pernambuco. O inimigo, no caso, era o herege holandês, explícito no sermão. Haveria, porém, alguma alusão ao outro inimigo, ao castelhano que governava Portugal havia mais de meio século?

Vieira foi muito cuidadoso nesse sermão e sem dúvida evitou celebrar a vitória como triunfo português. O triunfo celebrado é, militarmente, o da cidade do Salvador e, mais amplamente, de Deus e de Santo Antônio, em cujo dia pregava o jesuíta. Há, porém, um detalhe no início do sermão que merece a devida atenção. Refiro-me ao fato de que, embora Vieira tenha celebrado *Sua Majestade* – sem mencionar explicitamente Felipe IV (III de Portugal, 1621-40) –, *separou textualmente Portugal e Espanha* na altura em que mencionou a monarquia vitoriosa. Em contexto de progressiva erosão da União Ibérica, a restauração de Pernambuco preconizada por Vieira guardava evidente parentesco com a restauração mais ampla da soberania portuguesa na Península, da qual Vieira seria aliás um expoente intelectual e político.

Anos antes, na altura em que fez todos os votos na Companhia de Jesus, Vieira pregara no Dia de São Sebastião, na Bahia, no ano de 1634. Trata-se de um sermão de matiz claramente sebastianista, nas palavras de Jacqueline Hermann, que o analisou em *No Reino do Desejado*. Um sermão em que, por meio de metáforas e analogias, São Sebastião funcionava como duplo de D. Sebastião, um e outro qualificados como “encobertos”. São Sebastião encoberto, tão encoberto como o rei que desaparecera no



Marrocos, em 1578, pondo a perder a soberania portuguesa, e cujo regresso estimulava o chamado *sebastianismo*, fenômeno messiânico de longuíssima duração, a um só tempo letrado e popular, político e místico, secular e religioso. Sebastianismo que certamente acalentou o sonho restaurador em Portugal.

Nas palavras de Jacqueline Hermann (1998, p. 230):

“O Encoberto (no sermão) se chama Sebastião, sacrificou-se pela defesa da fé cristã, esteve aparentemente aliado aos inimigos, e muitos o tomaram por morto numa batalha dirigida por oponentes do cristianismo. Mas a sua aparência de morte só confirma a força de sua vida...”.

Vieira expressou, nesse sermão laudatório a São Sebastião, o sentimento nostálgico em relação ao D. Sebastião histórico, bem como a expectativa de seu “retorno”, com evidente sentido *restaurador*. Já o Santo Antônio que triunfara contra os holandeses em 1638 fizera-o, segundo Vieira, por Deus e pela Bahia, e um pouco pela monarquia, mencionada mais vagamente e com o cuidado de separar Espanha de Portugal.

Mas se Vieira foi muito prudente no sermão de Santo Antônio, como já disse acima, sê-lo-ia ainda mais no sermão pregado em 1641, no Dia de Reis, 6 de janeiro. A Restauração portuguesa havia sido proclamada em 1^a de dezembro de 1640, a guerra contra a Espanha estava já em curso, mas tais notícias tardaram mais de um mês para chegar à Bahia. Pois nesse sermão, um pouco por prudência, outro tanto por absoluta inadvertência, Vieira condenaria a revolta da Catalunha contra a Espanha – uma das várias rebeliões que marcaram a crise espanhola do meado do século XVII – e desautorizaria os sebastianistas que pregavam a volta de D. Sebastião, considerando-os como partidários de uma “quimera tola”. Chegou mesmo a louvar Felipe IV, o último dos Habsburgos que governou Portugal, sob o título de Felipe III, dizendo que este herdara a coroa e o sangue do rei En-

coberto(!), no caso o próprio D. Sebastião.

Seja como for, não é o pensamento oscilante de Antônio Vieira que se encontra aqui em discussão, senão o sentido restaurador de conjunto de seu sermônário nos anos 1630-40. Sermônário que abandonaria, pouco a pouco, São Sebastião e D. Sebastião para concentrar-se na figura de Santo Antônio e, mais adiante, de D. João IV, o duque de Bragança, restaurador do reino de Portugal.

Não por acaso, num dos primeiros sermões que Vieira pregou em Lisboa, Santo Antônio figuraria como “Procurador do Céu nas Cortes”. Pregou-o Vieira em 14 de setembro de 1642, sob encomenda de D. João IV, com o propósito específico de preparar o ânimo da nobreza e do clero a pagar impostos para sustentar as guerras de restauração contra a Espanha. Foi sermão dedicado a Santo Antônio, o “Santo do Sal”, sal da terra “que conserva os bens conquistados”. Santo Antônio afirmar-se-ia progressivamente como o santo da Restauração portuguesa, quer na linguagem da corte e do Estado, quer no imaginário popular. Vieira, por sua vez, *malgré* suas dubiedades, seria, no primeiro reinado brigantino, o principal arquiteto dessa politização do “divino seráfico”.

De santo “deparador” de coisas perdidas na miudeza do cotidiano, Santo Antônio seria elevado a “deparador” da soberania portuguesa. Recuperador e conservador das conquistas e reconquistas. Longe das cortes, e pouco antes da Restauração de 1640, uma quadrinha popular exprimia a missão desse novo campeão português:

“Santo Antônio é bom santo,
que livra o pai dos arganos
também nos há de livrar
do poder dos castelhanos”
(apud Luiz Mott, 1997, p. 121).

Longe das cortes, de Lisboa e de Portugal, Santo Antônio reapareceria nas guerras luso-holandesas, como a cumprir o vaticínio de Vieira em 1638. Basta dizer que João Fernandes Vieira, líder da Insurreição Pernambucana, decidiu por deflagrá-la, em

1645, exatamente no 13 de junho, Dia de Santo Antônio. Os sinais da intervenção do santo foram inventariados por ninguém menos que o franciscano Manuel Calado, autor do *Valeroso Lucideno*, obra escrita no calor dos combates travados entre 1645 e 1646. É no *Lucideno* que encontramos a aparição de Santo Antônio, em sonho, a João Fernandes Vieira, aconselhando-o a fazer as ações militares necessárias à vitória.

Santo Antônio, que fora padroeiro da Restauração portuguesa, sê-lo-ia também da pernambucana, agindo como recuperador das “liberdades” perdidas. Evaldo Cabral de Melo (1997) interpretou muito bem este sentido político atribuído a Santo Antônio por Vieira e muitos outros em conexão com a guerra pernambucana:

“Deus dera o Brasil a Portugal; o herege flamengo usurpara-o; Santo Antônio lho restituiria. Em vista da devoção geral por Santo Antônio, era mister alistá-lo, mobilizando o ânimo tífico da população luso-brasileira... A escolha de Santo Antônio pressupôs o seu culto no Pernambuco *ante bellum*. O êxito da ‘guerra da liberdade divina’ consolidará sua preeminência no imaginário religioso da capitania, ao conferir-lhe o cariz de santo militar”.

CONCLUSÃO

Santo Antônio, de “Martelo das Herecias a Santo da Restauração”: eis uma construção tipicamente luso-brasileira do século XVII. Foi o santo que, no imaginário político da época, “reencontrara” a soberania de Portugal e recolocaria a América Portuguesa outra vez nas mãos da antiga metrópole. Não tardaria para que esta face militar-restauradora de Santo Antônio se espalhasse por outras partes, na África cristianizada pelos portugueses, por exemplo. Pois foi no reino do Congo, em fins do século XVII e inícios do XVIII, que uma profetiza bakongo, egressa da nobreza congoleza, Kimpa Vita, preconizaria a restauração daquele reino, então destruído, dizendo-se ela mesma encarnação de Santo Antônio, do que se originou o peculiar movimento dos *antonianos*. Os ecos do sermonário vieiriano no Congo constituem hipótese plausível, embora ainda careçam de comprovação. O certo, porém, é que o imaginário político luso-brasileiro transformou o campeão da fé em soldado da monarquia restaurada e de suas conquistas ultramarinas. Nisso reside, talvez, a grande originalidade do taumaturgo seráfico em nossa história.

BIBLIOGRAFIA

- BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Pioneira, 1985.
- BOXER, Charles. *Os Holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1961.
- _____. *A Igreja e a Expansão Ibérica*. Lisboa, Edições 70, 1981.
- CANDIDO, Antonio. “Letras e Idéias no Brasil Colonial”, in S. B. de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. 4ª ed. São Paulo, Difel, 1977, vol. 2, pp. 91-105.
- HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: a Construção do Sebastianismo em Portugal (sécs. XVI-XVII)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- JADIN, Louis. “Le Congo et la Secte des Antoniens. Restauration du Royaume sous Pedro IV et la Saint Antoine Congolaise”, in *Bulletin de l’Institut Historique Belge-Rome*, 1961.
- MATTOS, Armando. *Santo Antônio de Lisboa na Tradição Popular*. Porto, Livraria Civilização, 1937.
- MELLO, Evaldo C. de. *Rubro Veio: o Imaginário da Restauração Pernambucana*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.
- MOTT, Luiz. “Santo Antônio, o Divino Capitão-do-mato”, in J. Reis e F. Gomes (orgs.), *Liberdade por um Fio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 110-38.
- PACHECO, Maria Cândida da C. R. M. *Santo Antônio de Lisboa: a Águia e a Treva*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1986.
- SOARES, J. C. de Macedo. *Santo Antônio na História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1942.
- VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: Catolicismo e Rebelião no Brasil Colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- VIEIRA, Antônio, SJ. *Santo Antônio, Luz do Mundo* (nove sermões). Organização, introdução e notas de frei Cláudio Neotti, OFM. Petrópolis, Vozes, 1997.